

3.5. Contas a receber de clientes e Perdas com Devedores Duvidosos

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da CDP - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ. Caso o prazo de realização esteja direcionado a um exercício social, ficará classificado no ativo circulante. Nos casos em que o prazo de realização superar um exercício social, será classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo realizável, deduzidas das perdas com devedores duvidosos.

O ajuste a valor presente determinado pela NBC TG 12 será aplicado pela CDP - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ para os ativos e passivos não circulantes e para os relevantes circulantes quando tiverem juros implícitos ou explícitos embutidos. O efeito do ajuste a valor presente quando aplicado, subtrairá a conta de resultado de origem com a respectiva contrapartida na conta de ativo circulante e não circulante. Reversões ocorridas serão consideradas como receita financeira em sua determinada competência.

As Perdas com Devedores Duvidosos são fundamentadas em análises que consideram o histórico de recebimentos e os riscos envolvidos. Tal estimativa de perda é constituída em montante suficiente para cobrir as perdas prováveis em Contas a Receber. Por não haver estimativa de perda, não foi gerado o lançamento das Perdas com Devedores Duvidosos.

3.6. Estoques

Estoque é avaliado ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado e contempla materiais de consumo (almoxarifado).

3.7. Impostos Antecipados

Contemplam tributos a compensar compostos por Imposto de Renda e Contribuição Social, demonstrados pelo respectivo valor de recuperação.

3.8. Temo de Cooperação Técnica STN/CDP/SIAFI

Visa a utilização pela Companhia Docas do Pará, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Assim, seu saldo representa recursos já liberados pela União disponíveis para a aplicação em investimentos da CDP.

3.9. Depósitos Judiciais e Contratuais

Representam os valores de bloqueios judiciais e depósitos recursais efetivados pela CDP, em processos cíveis e trabalhistas, nos quais é reclamada.

3.10. Recursos a Receber da União

É constituído de valores que aguardam liquidação por parte da União, como forma de ressarcimento à CDP dos repasses efetivados às hidrovias, bem como, as cessões de empregados a Secretaria de Portos, Ministério dos Transportes e Superintendência Estadual da Polícia Federal, inclusive em exercícios anteriores.

3.11. Adiantamento às Unidades

Representam valores repassados às Unidades conveniadas (hidrovias) e, sobretudo ao Terminal Portuário de Outeiro. Para este último, o ressarcimento vem sendo postergado desde 2003 estando o seu montante de R\$ 14.179.292,69 registrado para controle e, de forma consolidada, em contas do ativo e passivo não circulante, em igual valor.

3.12. Imobilizado

	Custo Histórico	Depreciação		Valor Líquido Contábil	
		Taxa	Valor - R\$	2012	2011
IMOBILIZADO	421.709.611,01			285.548.515,73	256.874.320,68
BENS MÓVEIS	22.559.569,06		12.093.343,78	10.509.118,80	9.170.747,28
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais.	7.624.922,19	0,10	4.593.814,92	3.031.107,27	4.250.073,26
Veículos	253.383,76	0,20	130.638,47	122.745,29	156.862,85
Equipamentos, Máquinas e Instalações Industriais.	10.759.711,06	0,10	5.703.779,05	5.055.932,01	2.911.217,90
Equipamentos e Tecnologia de Informações	3.921.552,05	0,20	1.665.111,34	2.256.440,71	1.852.593,27
Imobilizações Intangíveis	48.596,50	0,20	5.702,98	42.893,52	0,00
BENS IMÓVEIS	399.150.041,95		124.110.645,02	275.039.396,93	247.703.573,40
Edifícios e Construções	42.352.979,31	0,04	33.199.864,16	9.153.115,15	9.650.380,26
Terrenos	1.328.240,27		0,00	1.328.240,27	1.340.419,55
Edificações de Obras de Natureza Industrial	214.203.005,87	0,03	90.910.780,86	123.292.225,01	99.993.312,57
em Cursos	141.265.816,50		0,00	141.265.816,50	136.719.461,02

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia, caso ocorra, incluirá o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O software quando comprado que seja integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos como receitas ou despesas no resultado.

O custo de reposição de um componente de imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a companhia e que seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor, substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado do exercício, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item de ativo imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios futuros econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

A administração da CDP - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ analisou os efeitos de depreciação, decorrentes da análise periódica do prazo de vida útil econômica remanescente dos ativos imobilizados e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação. Desta forma, permanecerão as taxas anuais previstas pela legislação tributária brasileira.

3.13. Intangível

Os ativos intangíveis, quando adquiridos separadamente serão mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente deduzidos da amortização linear acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização será tratada de forma linear conforme evidenciado em contrato. Caso não possa ser aplicada uma vida útil confiável para a amortização, será utilizado o período de dez anos.

O ativo intangível da CDP – COMPANHIA DOCAS DO PARÁ em 31/12/2012 representa direitos de uso de softwares adquiridos.

3.14. Perda ao Valor Recuperável

A administração revisará anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída estimativa para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.15. Obrigações Fiscais e Trabalhistas

Referem-se aos tributos e encargos a pagar sobre o faturamento e folha de pagamento, tais como: COFINS, PIS, ISS, INSS, entre outros.

3.16. Dividendos e Participações aos Empregados

Está previsto no Estatuto da Companhia e na legislação societária que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos, sendo que, a participação dos empregados não poderá exceder a 25% dos dividendos. Assim, a CDP, no encerramento do exercício 2012, registra tais lançamentos no valor mínimo obrigatório e considerando também o índice de metas pré-estabelecidas;